



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682558 - SP (2021/0233714-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEANDRO DE CASTRO GOMES - MG110528
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AGUINALDO AUGUSTO MENDONCA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AGUINALDO AUGUSTO MENDONCA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC N. 2134650-18.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 12/06/2021 pela suposta prática do crime previsto no artigo 155, §1º e § 4º., inciso I, c/c o artigo 14, inciso II, do Código Penal. O flagrante foi convertido em preventiva, posteriormente, o preso foi denunciado e citado.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

A impetrante sustenta que haveria ilegalidade na manutenção da prisão, pois o decreto não estaria devidamente fundamentado, o *periculum libertatis* não estaria presente e a custódia seria desproporcional.

Afirma que "*o paciente não é reincidente específico, não possui outras condenações (apenas uma), está sendo acusado de crime sem violência e grave ameaça, meramente tentado, que visou objetos de pequeno valor, flertando com a insignificância.*" (e-STJ fl. 7).

Requer, liminarmente, que o paciente seja colocado imediatamente em liberdade.

No mérito, pugna pela concessão da ordem que seja deferida a liberdade provisória ao paciente, com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o magistrado, em primeiro grau, consignou que (e-STJ fl. 38):

"A prisão em flagrante deverá ser convertida em

*prisão preventiva. Afinal, em que pese o crime que determinou a prisão em flagrante não possua elevada gravidade, certo é que o indiciado possui passagens e condenações anteriores, **estando, inclusive, em cumprimento de regime aberto** (fls. 25/26 e 27/28). Portanto, tem-se demonstrada sua predisposição ao envolvimento criminoso e a ausência de auto contenção, levando a crer serem ineficazes as medidas cautelares diversas da prisão anteriormente impostas."*

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência